



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 130.122/2014

CONVÊNIO N. 2014/274.0

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A CÂMARA DOS DEPUTADOS E O
GOVERNO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO PARA A
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
PARLAMENTARES.

A União, por intermédio da CÂMARA DOS DEPUTADOS, a partir de agora designada CONVENIENTE, com sede na Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.530.352/0001-59, neste ato representada, por força do art. 1º, II, *d*, do Ato da Mesa n. 106, de 1998, por seu Diretor-Geral, SÉRGIO SAMPAIO CONTRERAS DE ALMEIDA, de um lado, e, de outro, o Governo do Estado de Pernambuco, doravante denominado CONVENIENTE, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 10.571.982/0001-25, representado pelo Senhor Governador JOÃO SOARES DE LYRA NETO, firmam o presente Convênio para a implantação de sistema de compensação financeira de contribuições previdenciárias parlamentares, conforme disposição do Ato da Mesa 124, de 2002, da Câmara dos Deputados.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONVÊNIO

Constitui objeto do presente convênio a implantação de sistema de compensação financeira das contribuições dos segurados por tempo de exercício de mandato, mediante repasse, de que trata o art. 6º da Lei n. 9.506, de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 31/10/97, regulamentado pelo Ato da Mesa n. 124, de 2002, da Câmara dos Deputados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DOS CONVENIENTES

Para fins da compensação previdenciária, considera-se:

I – regime de origem: o regime previdenciário ao qual o segurado esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes.

II – regime instituidor: o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria a segurado, com cômputo de tempo de contribuição devidamente certificado pelo regime de origem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLÁUSULA TERCEIRA - DO TEMPO DE EXERCÍCIO DE MANDATO E DA AVERBAÇÃO

Os convenientes deverão observar como tempo de exercício de mandato:

I – tempo de contribuição ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas;

II – tempo correspondente aos mandatos eletivos municipais, estaduais ou federais não abrangidos no item anterior, e desde que considerados pelo regime de origem, nos termos da lei.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Para fins de contagem de tempo de exercício de mandato, é facultada ao segurado a averbação do tempo correspondente aos mandatos eletivos municipais, estaduais ou federais.

Parágrafo primeiro - A averbação somente produzirá efeitos após o recolhimento das contribuições definidas em lei, diretamente pelo interessado ou mediante repasse dos recursos correspondentes pela entidade conveniada, por meio de compensação financeira dos recursos correspondentes para habilitação à aposentadoria.

Parágrafo segundo - Para a averbação e concessão dos benefícios, serão desconsiderados os períodos de tempo excedentes a trinta e cinco anos, bem como os concomitantes ou já considerados para a concessão de outro benefício, em qualquer regime de previdência social, nos termos da lei.

Parágrafo terceiro - Averbado o tempo de exercício de mandato no regime instituidor, o segurado perderá o direito à contagem do tempo de contribuição no regime de origem.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - As certidões de tempo de exercício de mandato deverão certificar a utilização ou não do tempo nela contido em outro regime de previdência, sob pena de indeferimento do pedido de averbação.

Parágrafo único - O segurado deverá requerer certidão de tempo de exercício de mandato junto ao regime de origem e providenciar a averbação no regime instituidor.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA MEDIANTE REPASSE

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O regime instituidor, após o cumprimento das formalidades legais, solicitará o repasse ao regime de origem, mediante requerimento formal do segurado.

Parágrafo primeiro - O valor do repasse não ultrapassará o montante das contribuições recolhidas ao regime de origem pelo segurado nem a quantia necessária para a habilitação à aposentadoria, proporcional ao tempo de exercício de mandato averbado, no regime instituidor, aplicando-se o que for menor.

Parágrafo segundo - O repasse será feito em uma única parcela, após o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

deferimento do repasse dos recursos correspondentes, respeitadas as normas orçamentárias.

Parágrafo terceiro - Na hipótese de o repasse ser insuficiente para habilitação à aposentadoria, proporcional ao tempo de exercício de mandato averbado, a diferença ficará a cargo do segurado, de acordo com a lei.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A compensação realizar-se-á desde que tenha havido aproveitamento de tempo de contribuição na hipótese de contagem recíproca.

Parágrafo único - Os convenientes deverão indicar o dispositivo legal que ampara o requerimento de compensação financeira.

CLÁUSULA QUINTA - DOS VALORES REPASSADOS

O Conveniente Governo do Estado de Pernambuco providenciará o repasse dos recursos financeiros contribuídos pelo parlamentar Carlos Eduardo Cintra da Costa Pereira, no montante de R\$ 227.135,20 (duzentos e vinte e sete mil, cento e trinta e cinco reais e vinte centavos), conforme tabela anexa ao presente convênio, os quais deverão ser utilizados a título de compensação financeira, somente para pagamento de aposentadoria, proporcional ao tempo de exercício de mandato averbado do segurado.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Os valores repassados a título de compensação financeira não poderão ser entregues ao segurado na forma de restituição de contribuições ou por qualquer outra forma defesa em lei.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Na hipótese de o segurado desligar-se do regime instituidor, sob qualquer motivo, com recebimento de valores recolhidos, as contribuições repassadas deverão ser devolvidas ao regime de origem, mediante a desaverbação do tempo de exercício de mandato, após as devidas compensações de valores pagos a título de aposentadoria.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - No caso de, após o repasse, surgir algum fato que impossibilite a averbação do tempo de exercício de mandato ou a utilização das contribuições repassadas, os valores deverão ser devolvidos ao regime de origem, no prazo de 15 (quinze) dias, ou nos termos das normas orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES

São obrigações dos convenientes:

I – providenciar a publicação do convênio e alterações, por extrato, no respectivo Órgão Oficial de Imprensa, nos termos da lei.

II – repassar somente os valores efetivamente recolhidos pelo segurado.

III – permitir a compensação financeira somente das contribuições do segurado a plano de seguridade relacionado a mandato eletivo.

IV – remeter ao regime instituidor todos os dados relativos ao regime de origem e ao segurado.

V – constar no seu programa de trabalho a previsão orçamentária, para fins



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de atender a compensação financeira, mediante repasse.

VI – informar o valor necessário para complementação do benefício (repassa), encaminhando demonstrativo de valores, com os fundamentos legais.

VII – fornecer ao outro conveniente todas as normas legais e esclarecimentos necessários à operacionalização deste convênio.

VIII – manter atualizados os dados cadastrais de seu regime de previdência parlamentar junto ao outro conveniente, informando a incorporação ou exclusão de órgão ou entidade vinculados ou a mudança de endereço para correspondência.

IX – remeter ao regime instituidor todos os dados relativos ao segurado.

X – manter cadastro atualizado do regime de previdência parlamentar da entidade de seguridade ou do ente federado conveniente, em que conste:

- a) ente da Federação;
- b) nome do regime;
- c) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) banco, agência bancária e conta corrente, para depósito do repasse;
- e) períodos de existência de regime próprio de previdência social no ente da Federação;
- f) CNPJ dos órgãos e entidades a ele vinculados, com período de vinculação ao respectivo regime;
- g) administrador do regime;
- h) legislação que o constituiu e o rege, com respectivas alterações, bem como as normas que fixaram os valores máximos da renda mensal dos benefícios de aposentadoria e pensão e, também, as que regem os benefícios do segurado, relativos à compensação financeira;
- i) outros dados, conforme dispuser a legislação.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Na hipótese do regime próprio de previdência social ser administrado por entidade com personalidade jurídica, o respectivo ente da Federação responde solidariamente pelas obrigações previstas no Convênio.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Caso o regime próprio de previdência social venha a ser extinto ou administrado por entidade com personalidade jurídica diversa dos convenientes, as obrigações e os direitos serão assumidos pela nova pessoa ou pelo respectivo ente da Federação, podendo o convênio ser denunciado por qualquer dos convenientes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA DO CONVÊNIO

O convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, salvo na hipótese de infringência de qualquer cláusula do presente, caso em que a parte prejudicada poderá denunciá-lo, no todo, imediatamente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O convênio será implantado dentro de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União e vigorará no prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste convênio, que não possam ser resolvidas administrativamente.

Por estarem de pleno acordo e para a validade das cláusulas pactuadas, firmam o presente instrumento em três vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 16 de Dezembro de 2014.

Pela CÂMARA DOS DEPUTADOS

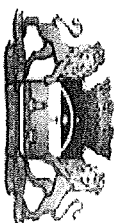
Pelo ESTADO DE PERNAMBUCO

SÉRGIO SAMPAIO C. DE ALMEIDA
Diretor-Geral

JOÃO SOARES DE LYRA NETO
Governador

Testemunhas:

- 1) Marcos de Salme Borges P + RG
- 2) Silvaneu Feit



PLANILHA DE CALCULO
PROC.110/2013/SCG
ASSUNTO:CONTRIBUIÇÃO
INTERESSADO:CARLOS EDUARDO CINTRA DA COSTA PEREIRA
CALCULADO CONFLUI Nº 8091 DE 21/12/1979

ANO	MÊS	VALORES			
		SALÁRIO CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO FEPPA (8%) SEGURADO	CONTRIBUIÇÃO FEPPA (8%) EMPREGADOR	TOTAL
1983	JANEIRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	FEVEREIRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MARÇO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	ABRIL	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MAIO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JUNHO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JULHO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	AGOSTO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	SETEMBRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	OUTUBRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	NOVEMBRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	DEZEMBRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	TOTAL DO ANO DE 1983		14.049,60	14.049,60	28.099,20
1984	JANEIRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	FEVEREIRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MARÇO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	ABRIL	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MAIO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JUNHO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JULHO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	AGOSTO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	SETEMBRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	OUTUBRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	NOVEMBRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	DEZEMBRO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	TOTAL DO ANO DE 1984		14.049,60	14.049,60	28.099,20

1985	JÂ	RO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	FEVEREIRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MARÇO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	ABRIL		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MAIO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JUNHO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JULHO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	AGOSTO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	SETEMBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	OUTUBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	NOVEMBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	DEZEMBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	TOTAL DO ANO DE 1985			14.049,60	14.049,60	28.099,20
1986	JANEIRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	FEVEREIRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MARÇO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	ABRIL		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MAIO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JUNHO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JULHO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	AGOSTO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	SETEMBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	OUTUBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	NOVEMBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	DEZEMBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	TOTAL DO ANO DE 1986			14.049,60	14.049,60	28.099,20
1987	JANEIRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	FEVEREIRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MARÇO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	ABRIL		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MAIO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JUNHO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JULHO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	AGOSTO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	SETEMBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	OUTUBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	NOVEMBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	DEZEMBRO		14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	TOTAL DO ANO DE 1987			14.049,60	14.049,60	28.099,20

1988	JAN	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	FEV	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MAR	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	ABR	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MAI	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JUN	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JUL	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	AGO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	SET	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	OUT	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	NOV	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	DEZ	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	TOTAL DO ANO DE 1988		14.049,60	14.049,60	28.099,20
1989	JAN	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	FEV	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MAR	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	ABR	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MAI	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JUN	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JUL	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	AGO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	SET	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	OUT	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	NOV	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	DEZ	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	TOTAL DO ANO DE 1989		14.049,60	14.049,60	28.099,20
1990	JAN	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	FEV	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MAR	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	ABR	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	MAI	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JUN	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	JUL	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	AGO	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	SET	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	OUT	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	NOV	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	DEZ	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60
	TOTAL DO ANO DE 1990		14.049,60	14.049,60	28.099,20
1991	JAN	14.635,00	1.170,80	1.170,80	2.341,60

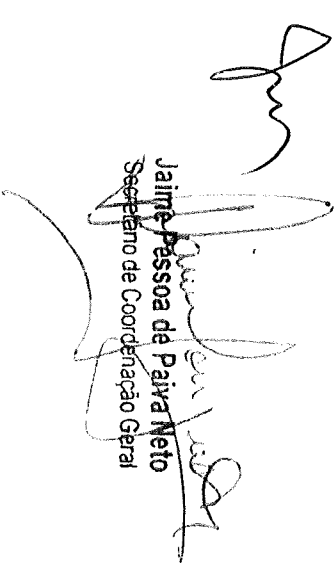
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

RESUMO

	VALOR DEVIDO
1983	28.099,20
1984	28.099,20
1985	28.099,20
1986	28.099,20
1987	28.099,20
1988	28.099,20
1989	28.099,20
1990	28.099,20
1991	2.341,60
TOTAL GERAL	227.135,20

RECIFE, 11 DE FEVEREIRO DE 2014



Jaime Passoa de Paiva Neto
Secretário de Coordenação Geral